

Diário do Legislativo de 27/06/1997

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 273ª Reunião Ordinária Deliberativa

1.2 - Reuniões de Comissões

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 273ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA, EM 25 DE JUNHO DE 1997

Presidência do Deputado Romeu Queiroz

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): Ata - Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.276 e 1.277/97 - Requerimentos nºs 2.214 a 2.220/97 - Comunicações: Comunicação do Deputado Dilzon Melo - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Roberto Amaral, Marcelo Gonçalves, Elbe Brandão, Gilmar Machado, Durval Ângelo e Paulo Piau - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicação Apresentada - Votação de Requerimentos: Requerimentos nºs 1.504/96 e 1.995/97; aprovação - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.045/96; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 369/95; rejeição - Questão de ordem - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 517/95; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.061/96; aprovação com a Emenda nº 1 - ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Ivo José - Marcelo Gonçalves - Dilzon Melo - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Baldoneto Napoleão - Bilac Pinto - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Ermano Batista - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Marcos Helênio - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Paulo Schettino - Pérciles Ferreira - Rêmo Aloise - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Toninho Zeitune - Wanderley Ávila - Wilson Pires - Wilson Trópia.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

Ata

- O Deputado Ivo José, 2º- Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.276/97

Cassa o título de utilidade pública do Conselho Federal dos Pastores do Brasil - CFPB -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica cassado o título de utilidade pública do Conselho Federal dos Pastores do Brasil - CFPB -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 23 de junho de 1997.

João Leite

Justificação: O Conselho Federal dos Pastores do Brasil foi declarado de utilidade pública por meio da Lei nº 11.877, de 25/8/95. Tal entidade apresentou estatuto que se encontrava de acordo com os requisitos exigidos pela legislação pertinente, tendo sido exarado parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça. Entretanto, em 1º/1/96, os estatutos foram totalmente modificados, inclusive no que se refere ao seu objetivo.

O atual estatuto do Conselho fere frontalmente direitos individuais e coletivos expressos no art. 5º da Carta Magna, restringindo o direito de reunião, cassando a liberdade de expressão, de trabalho, de associação e de crença, compelindo pessoas a uma associação não obrigatória, enfim, contrariando vários preceitos constitucionais.

O estatuto do CFPB, em seu art. 4º, dita que todas as entidades de classe do Brasil estarão subordinadas a ele e a ele deverão filiar-se para obter o aval do "órgão máximo do poder federativo". Ora, é preceito constitucional que ninguém será compelido a associar-se ou a permanecer associado (inciso XX do art. 5º da Constituição Federal).

O art. 23 do estatuto estabelece que competirá ao Conselho a cassação, a extinção e a punição de qualquer órgão evangélico que não esteja cumprindo rigorosamente os seus estatutos, ao passo que a Carta Magna, no art. 5º, XIX, determina que as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou terem suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se o trânsito em julgado da sentença. O citado Conselho, portanto, arroga-se poderes de órgão do Judiciário, com competência para julgar e determinar a extinção de associações.

Como se vê, a citada entidade, ao fazer alteração estatutária posterior a sua declaração de utilidade pública, deturpou todos os seus objetivos, estando, agora, em desacordo com a Constituição Federal e com os preceitos estatuidos para as entidades declaradas de utilidade pública em Minas Gerais. Com base nisso e na Lei nº 3.373, de 1965, proponho a cassação do título de utilidade pública do Conselho Federal dos Pastores do Brasil, contando com o apoio dos nobres colegas.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.277/97

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores dos Bairros Jardim Nova York e Jardim dos Comerciantes - AJANYJACOM -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Jardim Nova York e Jardim dos Comerciantes - AJANYJACOM -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 17 de junho de 1997.

João Batista de Oliveira

Justificação: A Associação dos Moradores dos Bairros Jardim Nova York e Jardim dos Comerciantes - AJANYJACOM -, entidade sem fins lucrativos, presta relevantes serviços às populações das regiões nas quais atua. A entidade preenche todos os requisitos necessários à declaração de utilidade pública: funciona há mais de dois anos, os membros da sua diretoria são pessoas idôneas e que não recebem remuneração pelo exercício dos respectivos cargos.

Quando declarada de utilidade pública, a entidade estará habilitada a prestar mais e melhores serviços à comunidade, cumprindo, também, com mais vigor, seus objetivos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.214/97, do Deputado Ibrahim Jacob, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que tome providências para solucionar o impasse entre os Diretores do CREDIREAL e do CREDIPREV e os funcionários aposentados do CREDIREAL. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.215/97, do Deputado Ibrahim Jacob, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com o Cruzeiro Esporte Clube pela conquista do título de Campeão Mineiro de Futebol de 1997.

Nº 2.216/97, do Deputado José Maria Barros, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com o jornal "Voz de São João", pelos 90 anos de bons serviços prestados à comunidade de São João Nepomuceno e à Zona da Mata. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 2.217/97, do Deputado Dimas Rodrigues, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas à suspensão das inadimplências dos municípios mineiros até 31/12/97. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 2.218/97, do Deputado Toninho Zeitune, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado, ao Secretário da Segurança Pública e ao Comandante-Geral da PMMG com vistas à liberação de duas viaturas policiais para o Município de Monte Belo.

Nº 2.219/97, do Deputado Djalma Diniz, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Comandante-Geral da PMMG com vistas à liberação de uma viatura policial para o Município de Nacip Raydan.

Nº 2.220/97, do Deputado Djalma Diniz, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Comandante-Geral da PMMG com vistas à liberação de uma viatura policial para o Município de Franciscópolis. (- Distribuídos à Comissão de Defesa Social.)

COMUNICAÇÕES

- É também encaminhada à Mesa comunicação do Deputado Dilzon Melo.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Roberto Amaral, Marcelo Gonçalves, Elbe Brandão, Gilmar Machado, Durval Ângelo e Paulo Piau preferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Leitura de Comunicação Apresentada

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pelo Deputado Dilzon Melo - falecimento do Sr. Leopoldo Veiga Marinho, em Varginha (Oficie-se.).

Votação de Requerimentos

- A seguir, são submetidos a votação e aprovados, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 1.504/96, do Deputado Durval Ângelo, em que pede sejam solicitadas à Secretaria da Casa Civil informações sobre as despesas dessa Pasta e sobre os gastos dos demais órgãos da administração direta e indireta com a comunicação social (Oficie-se.); e 1.995/97, do Deputado Marcos Helênio, em que solicita a transcrição nos anais da Casa da entrevista que menciona, concedida pelo Desembargador Paulo Medina ao jornal "Estado de Minas" em 25/2/97 (Cumpra-se.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião os Projetos de Lei nºs 1.230/97, 488/95, 682, 991 e 996/96, em virtude de sua apreciação na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã, e que faz retirar da pauta da reunião os Projetos de Lei nºs 1.180 a 1.184/97, por não estarem preenchidos os pressupostos regimentais para sua apreciação. A Presidência verifica, de plano, que não há "quorum" qualificado para votação das propostas de emenda à Constituição, mas que há para votação dos demais projetos da pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.045/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Estado a doar ao Município de Poços de Caldas os imóveis que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.045/96 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 369/95, do Deputado Leonídio Bouças, que acrescenta dispositivo ao art. 1º da Lei nº 9.760, de 20/4/89, que concede passe livre aos

deficientes físicos e visuais no transporte coletivo intermunicipal do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Rejeitado. Arquivo-se.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 517/95, do Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre a instalação e o funcionamento...

Questão de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, pela ordem. Somente três Deputados ficaram de pé. O projeto foi aprovado.

O Sr. Presidente - O projeto foi rejeitado.

O Deputado Durval Ângelo - Gostaria que a Presidência verificasse, porque só três Deputados ficaram de pé. O projeto foi aprovado.

O Sr. Presidente - O Deputado teve a oportunidade de pedir a verificação de votação, mas não o fez no momento oportuno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 517/95, do Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre a instalação e o funcionamento de unidades lavadoras de batatas no Estado e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 517/95 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.061/96, do Governador do Estado, que autoriza a RURALMINAS a doar imóvel à Sociedade São Vicente de Paulo, com sede no Município de Jaíba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.061/96 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Persistindo a falta de "quorum" para a votação das propostas de emendas à Constituição, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a extraordinária de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária deliberativa de amanhã, dia 26, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 11ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de agropecuária e política rural

Às dezesseis horas do dia dez de junho de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Piau, Elbe Brandão, Maria José Hauelsen e João Leite (substituindo este ao Deputado Roberto Amaral, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental e estando presentes, ainda, os Deputados Marcos Helênio, José Bonifácio, Adelmo Carneiro Leão, Durval Ângelo e Dimas Rodrigues, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara aberta a reunião e solicita à Deputada Elbe Brandão que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência informa que o objetivo da reunião é discutir a destinação de terras devolutas, nos termos da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/96, e a reforma agrária no Estado. A Deputada Elbe Brandão procede à leitura da ata da reunião realizada no dia 3/6/97 para se discutir a mencionada proposta, e não há nenhuma manifestação por parte dos presentes. A Presidência anuncia a presença dos Srs. Ivan Sebastião Barbosa Afonso, Assessor do INCRA; Aluísio Fantini Valério, Presidente da RURALMINAS, Luis de Figueiredo Silva, Diretor para Assuntos Fundiários da RURALMINAS, e James Eustáquio Barbosa Ladeia, Secretário Executivo para Reforma Agrária em Minas Gerais. O Deputado Marcos Helênio apresenta requerimento, em que solicita sejam convidados os membros da Comissão de Representação do Seminário Legislativo para Reforma Agrária em Minas Gerais para discutirem, em reunião desta Comissão, os assuntos relacionados à Proposta de Emenda à Constituição nº 30/96. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. O Presidente tece suas considerações iniciais sobre a matéria. O Dr. Ivan Barbosa procede à leitura de documento contendo propostas visando à destinação, pelo Estado, de suas terras devolutas, para serem apreciadas pela Assembléia Legislativa; Deputados e convidados se envolvem em caloroso debate sobre o assunto, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de junho de 1997.

Paulo Piau, Presidente - Maria José Hauelsen - Luiz Fernando Faria.

ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das comissões de constituição e justiça, de administração pública, de meio ambiente e de fiscalização financeira e orçamentária

Às quinze horas do dia onze de junho de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Antônio Júlio, Sebastião Costa e Gilmar Machado, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Miguel Martini, Roberto Amaral (substituindo estes aos Deputados Ajalmar Silva e Arnaldo Penna, respectivamente, por indicação da Liderança do PSDB), Leonídio Bouças e Antônio Júlio (substituindo este ao Deputado Antônio Andrade, por indicação da Liderança do PMDB), membros da Comissão de Administração Pública; Raul Lima Neto, Anivaldo Coelho e Ronaldo Vasconcellos, membros da Comissão de Meio Ambiente; Miguel Martini, Roberto Amaral, Antônio Roberto, Gilmar Machado e Sebastião Costa, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião conjunta destas Comissões. A seguir, informa que a reunião se destina a apreciar os pareceres destas Comissões para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 1.180 a 1.184/97, do Governador do Estado. O Presidente informa que, nos termos regimentais, foram designados relatores nas Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública, de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira e Orçamentária os seguintes Deputados, respectivamente: Projeto de Lei nº 1.180/97, Deputados Gilmar Machado, Ajalmar Silva, Antônio Roberto e Paulo Pettersen; Projeto de Lei nº 1.181/97, Deputados Ermano Batista, Sebastião Helvécio, Ronaldo Vasconcellos e Antônio Roberto; Projeto de Lei nº 1.182/97, Deputados Ivair Nogueira, Sebastião Helvécio, Kemil Kumaira e Roberto Amaral; Projeto de Lei nº 1.183/97, Deputados Sebastião Costa, Leonídio Bouças, Raul Lima Neto e José Braga; Projeto de Lei nº 1.184/97, Deputados Antônio Júlio, Sebastião Helvécio, Anivaldo Coelho e Miguel Martini. A seguir, o Deputado Gilmar Machado apresenta requerimento, solicitando sejam convidados a participar de reunião da Comissão de Constituição e Justiça representantes do Departamento de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais - DRH-MG -, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA -, do Instituto Estadual de Florestas - IEF -, da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD -, do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, da Secretaria de Recursos Humanos e Administração; do Instituto de Geociências Aplicadas - IGA -, e da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM -, para prestarem esclarecimentos sobre os Projetos de Lei nºs 1.180 a 1.185 e 1.193/97, do Governador do Estado. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de junho de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente - Ajalmar Silva - Roberto Amaral - Arnaldo Penna - Elbe Brandão - Sebastião Helvécio - Pércles Ferreira - Ronaldo Vasconcellos - Antônio Andrade - Ivair Nogueira - Antônio Roberto - Leonídio Bouças.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR, NO PRAZO DE 120 DIAS, A FALTA DE REPASSE DO TESOUREO ESTADUAL AO IPSEMG, NOS ÚLTIMOS 10 ANOS, DAS PARCELAS REFERENTES À CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES E RESPECTIVA COTA DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO, EM CUMPRIMENTO AOS ARTS. 29 E 30 DA LEI Nº 9.380, DE 18/12/86, E IRREGULARIDADES NO GERENCIAMENTO DO INSTITUTO

Às dez horas e quarenta minutos do dia dezessete de junho de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, José Braga, Sebastião Costa, Luiz Fernando Faria, Jorge Eduardo (substituindo este ao Deputado Anderson Aduato, por indicação da Liderança do PMDB), Gilmar Machado e Carlos Pimenta, membros da supracitada Comissão. Registra-se, ainda, a presença do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Luiz Fernando Faria que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A reunião destina-se a ouvir o Sr. Fued José Dib, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Dando prosseguimento, o Presidente coloca em votação e são aprovados, cada um por sua vez, três requerimentos de autoria do Deputado Gilmar Machado, em que solicita, no primeiro, informações ao Presidente do IPSEMG relativas ao número de funcionários ativos e inativos, o gasto mensal dispensado a estes, a relação nominal dos aposentados que percebam acima de R\$2.000,00, especificando o valor de seus proventos, a relação nominal dos aposentados nos últimos 10 anos, especificando os cargos ocupados nos 5 anos anteriores à aposentadoria, as datas das mudanças de cargo, o salário, mês a mês, nos 2 anos anteriores à aposentadoria, bem como o tempo de permanência no cargo em que se deu a aposentadoria; no segundo, seja convidado para depor perante a Comissão o Sr. Álvaro Marcílio Júnior, Diretor de Previdência do IPSEMG, a fim de que ele possa discorrer sobre aspectos da seguridade social do Instituto; e, no terceiro, seja convidado para depor na Comissão, juntamente com os demais ex-Superintendentes de Finanças já convidados, o Sr. Cláudio Frederico de Souza, que ocupou o referido cargo de 1991 a 1994. Em seguida, o Presidente convida o Sr. Fued José Dib para tomar assento à mesa e, após ler o disposto no art. 4º, II, da Lei Federal nº 1.579, passa a palavra ao convidado, para que este informe a sua qualificação. Em seguida, são iniciados os questionamentos, fazendo uso da palavra os Deputados Miguel Martini, Gilmar Machado, Jorge Eduardo de Oliveira, Luiz Fernando Faria e Sebastião Costa, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença do convidado e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de junho de 1997.

Miguel Martini, Presidente - Carlos Pimenta - Sebastião Costa - Gilmar Machado - José Braga.

ATA DA 19ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de administração pública

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezenove de junho de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ajalmar Silva, Marcos Helênio, Álvaro Antônio (substituindo este ao Deputado Ibrahim Jacob, por indicação da Liderança do PDT) e Elbe Brandão, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ajalmar Silva, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Ermano Batista que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar os pareceres sobre as emendas, apresentadas em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 1.255/97 e ao Projeto de Resolução nº 1.267/97 e suspende a reunião. Às 16 horas, com a presença dos Deputados Leonídio Bouças, Ajalmar Silva, Marcos Helênio e Anderson Aduato, o Presidente, Deputado Leonídio Bouças, reabre a reunião e informa que continua em discussão o parecer do Deputado Ajalmar Silva sobre o Substitutivo nº 2 e as Emendas nºs 1 a 5 ao Projeto de Lei nº 1.255/97, o qual conclui pela rejeição do Substitutivo nº 2, pela prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 5 e pela aprovação da Emenda nº 6, que apresenta. Foram distribuídos avulsos desse parecer na reunião anterior. Faz uso da palavra o Deputado Marcos Helênio. A seguir, o Presidente suspende novamente a reunião. Às 20h30min, estando presentes os Deputados Arnaldo Penna, Adelmo Carneiro Leão (substituindo este ao Deputado Marcos Helênio, por indicação da Liderança do PT), Bilac Pinto (substituindo o Deputado Leonídio Bouças, por indicação da Liderança do PFL) e Álvaro Antônio (substituindo o Deputado Ibrahim Jacob, por indicação da Liderança do PDT), o Presidente, Deputado Ajalmar Silva, reabre os trabalhos. O Deputado Arnaldo Penna, com a palavra, solicita votação destacada da parte do parecer referente à Emenda nº 6, apresentada pelo relator. Colocado em votação o parecer, salvo a parte destacada, é ele aprovado. Colocada em votação a parte do parecer referente à Emenda nº 6, é ela rejeitada. O Presidente suspende a reunião. Às 21h15min, são reabertos os trabalhos, com a presença dos Deputados Durval Ângelo, Arnaldo Penna, Bilac Pinto (substituindo este o Deputado Leonídio Bouças, por indicação da Liderança do PFL) e Álvaro Antônio (substituindo ao Deputado Ibrahim Jacob, por indicação da Liderança do PDT). O Presidente, Deputado Ajalmar Silva, reabre os trabalhos, informa o recebimento das Emendas nºs 1 a 3, apresentadas em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Resolução nº 1.267/97, avoca para si a relatoria da matéria e determina a distribuição dos avulsos. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece o comparecimento dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, dia 20/6/97, às 0h15min, com a finalidade de se apreciar o parecer sobre as Emendas nºs 1 a 3, apresentadas em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Resolução nº 1.267/97, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 1997.

Ajalmar Silva, Presidente - Bilac Pinto - Marcos Helênio - Álvaro Antônio - Arnaldo Penna.

ATA DA 80ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de fiscalização financeira e orçamentária

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte de junho de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Roberto Amaral, Antônio Júlio e Bilac Pinto (substituindo os dois últimos aos Deputados Antônio Roberto e Sebastião Navarro Vieira, por indicação das Lideranças do PMDB e do PSDB, respectivamente), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Bilac Pinto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar, no 2º turno, os pareceres sobre o Projeto de Lei nº 1.255/97, do Governador do Estado, que autoriza a antecipação do pagamento da Gratificação de Natal, instituída pela Lei nº 8.701, de 18/10/84, para o pessoal civil e militar do Poder Executivo e dá outras providências, e o Projeto de Resolução nº 1.267/97, da Comissão de Constituição e Justiça, que delega ao Governador do Estado atribuição para elaborar leis a fim de se proceder a ajustes da remuneração dos servidores dos quadros de pessoal do Poder Executivo. Logo após, o Presidente designa para relatar o Projeto de Lei nº 1.255/97 o Deputado Sebastião Navarro Vieira e para relatar o Projeto de Resolução nº 1.267/97 o Deputado Roberto Amaral. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia. Com a palavra, o Deputado Sebastião Navarro Vieira emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.255/97 na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado com voto contrário do Deputado Durval Ângelo. A seguir, o Deputado Roberto Amaral emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Resolução nº 1.267/97 com a Emenda nº 1. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de junho de 1997.

Miguel Martini, Presidente - Sebastião Navarro Vieira - Roberto Amaral - Gilmar Machado.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 197ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 25/6/97

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em 1º turno: Propostas de Emenda à Constituição nºs 33/97, do Deputado Miguel Martini, na forma do Substitutivo nº 1; e 12/95, do Deputado Miguel Martini.

Em 2º turno: Propostas de Emenda à Constituição nºs 5/95, do Deputado Leonídio Bouças; e 7/95, do Deputado Pérciles Ferreira.

MATÉRIA VOTADA NA 274ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA,

EM 26/6/97

Foi aprovada a seguinte proposição:

Em 1º turno: Projeto de Lei nº 717/96, do Deputado Mauri Torres, com a Emenda nº 1.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, § 2º, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 14 horas do dia 27/6/97, destinada ao prosseguimento do Ciclo de Debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Palácio da Inconfidência, 26 de junho de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

270ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 18/6/97

O Deputado Alberto Pinto Coelho* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, representantes da imprensa, minhas senhoras, meus senhores, há 44 anos, precisamente no dia 9/6/53, a Cia. Telefônica de Minas Gerais, hoje TELEMIG, iniciava a sua missão de integrar o nosso Estado ao mundo das telecomunicações.

A história da TELEMIG é o retrato fiel de uma empresa vencedora, dinâmica e inovadora, sempre parceira dos Poderes constituídos para a promoção do bem comum.

Presente em 87% do território mineiro, a TELEMIG atende 783 municípios e um total de 2.890 localidades. Sua planta instalada ultrapassa 1.700.000 terminais telefônicos, atingindo o índice de 11,3 terminais telefônicos fixos por 100 habitantes.

Na telefonia celular, implantada em 30/4/93, a TELEMIG já possui 270 mil terminais habilitados e atua em mais de 60 cidades mineiras.

Incentivando produções artístico-culturais, a TELEMIG, em 1996, uniu o seu nome a 27 projetos ligados ao teatro, ao cinema, à música e à literatura, culminando com o seu imprescindível patrocínio à restauração da Serraria Souza Pinto, importante espaço cultural de Belo Horizonte.

Mais que serviços de telecomunicações, a TELEMIG oferece hoje ao Estado a garantia de uma postura competente, que a leva tanto a acompanhar e incorporar o avanço tecnológico quanto a capacitar seus empregados para que o persigam e o administrem.

A TELEMIG é uma empresa que optou e se viabiliza para competir com a iniciativa privada.

São novos tempos, em que se exercita buscar o cliente, conquistá-lo e mantê-lo, contrariamente à experiência, acumulada ao longo dos anos, de, simplesmente, atendê-lo. A visão desenvolvimentista da empresa se assenta na postura de seus empregados e dirigentes como agentes participantes e corresponsáveis.

Por tudo que a TELEMIG representa para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado, receba essa operosa empresa mineira, no transcurso de seus 44 anos, o nosso reconhecimento e o nosso aplauso.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, senhores que compõem a Mesa, colegas parlamentares, companheiras e companheiros, com uma certa emoção, ocupo a tribuna nesta tarde, para fazer um comunicado à Casa, à Bancada do PSDB e aos meus pares.

Hoje, pela terceira vez, minha vida sofre uma guinada. Todos nós sabemos que a decisão de se introduzir alteração profunda na nossa caminhada motiva preocupações e dúvidas. Estarei certo ao mudar de cidade? Será que não me arrependerei de ter trocado de emprego? Será que realmente Deus me quer na política? Enfim, se na vida não tivermos fé profunda, as dúvidas e as preocupações arrasam conosco.

No meu caso, graças a Deus, sinto-me muito tranquilo e feliz, porque as razões que me motivam nesta vida são tão profundas que não me permitem esse tipo de questionamento.

As coisas têm que seguir um determinado rumo, os meus passos têm que percorrer as trilhas que me são apontadas pelo pensamento, pelos valores e pelos princípios nos quais eu acredito profundamente como cristão.

E ser cristão de verdade exige estar com as portas do coração sempre abertas e ter muita coragem para dizer "sim" ao chamado, dispondo-se a enfrentar e superar todos os desafios que essa resposta implica.

Há algum tempo deixei uma carreira militar nos quadros da Aeronáutica para dedicar-me à pregação da Palavra de Deus e a uma ação social de transformação.

Nesse momento, eu não estava correndo risco nem sacrificando a minha família. Simplesmente, eu estava atendendo a minha vocação, contando, com agora, com a compreensão e o apoio irrestritos da minha família, cujo "sim" ecoa sempre com muita força no meu coração.

Logo, fui convocado a pedido dos meus irmãos de classe, ou seja, os mais pobres e, em nome da minha comunidade de fé, fui chamado para disputar um cargo eletivo. Aceitei o desafio, vencendo meus receios humanos, apenas porque não havia como dizer "não" sem negar ao mesmo tempo as minhas profundas convicções.

Para responder a este chamado, bati às portas do PSDB, que se me abriram, e os peessedebistas me acolheram sincera e francamente. Fui eleito Deputado e sou colega de V.Exas. nesta Assembléia Legislativa do Estado, desde 1995.

Tenho, a partir de então, procurado responder a esse chamado, honrando o mandato que recebi e assumindo as funções que lhe são inerentes com a maior responsabilidade possível.

Acredito ter sido fiel ao meu primeiro pronunciamento nesta Casa, quando me comprometi a contribuir para que juntos resgatássemos a credibilidade da política, para se alcançarem o bem comum, a consolidação e o desenvolvimento da nossa democracia. Enfim, para juntos construirmos um Brasil marcado pela justiça e pela solidariedade.

Meu exame de consciência feito com rigor permite-me esperar que não tenha decepcionado aos que em mim confiaram e me instaram para me envolver na política, nem aos peessedebistas que me acolheram tão fraternalmente, oferecendo-me sua cordial amizade em todos os momentos.

Devo dizer, honrando a justiça, que sempre contei com o respaldo do PSDB, com o calor humano e o apoio de meus colegas, quando nesta Casa e fora dela defendi propostas e projetos sintonizados com os valores e os princípios que alicerçam meu compromisso político.

Mas, atendendo a minha vocação e a minha identidade social cristã, deixo o PSDB, mesmo com todas as prerrogativas que me oferece, se eu quisesse fazer carreira política pessoal. Faz sentido isso? Tudo faz sentido.

O Deputado Arnaldo Penna (Em aparte)*- Na qualidade de Líder do PSDB nesta Casa, quero, neste instante, lamentar a saída de V. Exa. dos quadros do nosso partido. Estou certo de que o seu trabalho e a sua presença nesta Casa marcaram profundamente todos nós e muito especialmente o Partido da Social Democracia Brasileira. V. Exa. honrou sobremodo esse partido.

Temos consciência também de que a opção de V. Exa. por um novo partido é justificada. Por isso o PSDB, por meu intermédio, quer dizer a V. Exa. que, mesmo deixando seus quadros, será sempre muito bem acolhido entre os nossos e fará parte definitivamente do nosso grupo nesta Casa. Estou certo de que os demais partidos desta Casa, cada uma das agremiações partidárias aqui presentes, teriam o maior prazer em ter V. Exa. entre seus membros.

De uma certa forma, lamentamos essa saída, mas a compreendemos e, ao final, desejamos que V. Exa. tenha o maior sucesso no novo empreendimento partidário em que se integra e pelo qual pretende participar do processo de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e do País. Essas são as palavras do PSDB para V. Exa.

O Deputado Miguel Martini - Muito obrigado ao Líder, Deputado Arnaldo Penna, pelas palavras generosas em um coração sincero, mas também muito generoso.

Tudo faz sentido, porque não fui chamado para fazer carreira política pessoal, senão para servir à nossa sociedade.

Estou indo para onde sou chamado, sem risco de me arrepender, porque as motivações que são profundas, e exigentes de muita coerência me atingem sobremaneira.

Sinto-me chamado para ser fermento, para ser político cristão, porém político-soldado disposto a combater o bom combate, hasteando as bandeiras do pensamento humanista cristão.

Tenho que estar onde os conceitos, os valores, os princípios, as verdades e as propostas da Doutrina Social Cristã balizarem cada ação, cada programa, cada objetivo.

Tenho que contribuir para a transformação do meu Estado, do meu País e mesmo do mundo todo à luz da minha fé e inspirado nesses valores e princípios universais.

Não posso contentar-me fazendo apenas o que é possível para encarar os problemas da nossa sociedade, que são tão gritantes e reclamam de nós, políticos, mais criatividade e ousadia, a fim de se criarem as condições objetivas e subjetivas para, efetivamente, alcançarmos o bem comum.

Apesar da nossa intensa interferência na política, se esta não for para a construção de uma nova sociedade marcada pela justiça, pelo absoluto respeito à dignidade da pessoa humana, pela fraternidade e pela solidariedade, nossa missão carece de visão a longo prazo e de perspectiva histórica.

Já foi dito tantas vezes que a Doutrina Social Cristã é um tesouro maravilhoso que os cristãos mantinham encerrado num cofre trancado a sete chaves.

Mas essa crítica não mais poderá ser feita, porque tais riquezas começam a ser distribuídas a mãos-cheias.

Abraço o solidarismo comunitário como bandeira política, para proclamar que o trabalho tem primazia sobre o capital e que os bens da terra devem destinar-se ao bem-estar de todas as pessoas sem exclusão.

Batalharei pela participação na vida comunitária assim como no dia-a-dia dentro das empresas.

Vou defender a dignidade de todos os irmãos anunciando a sua transcendência.

Vou colocar o bem comum no centro de todas as minhas preocupações políticas, tendo como meta maior a organização de uma sociedade em que a justiça e a liberdade sejam cultuadas, mas sempre completadas pelo amor fraterno, sem o qual nada de permanente poderá construir-se.

Quero deixar muito claro que deixo o PSDB em clima de profundo respeito e de absoluta transparência. Nele conheci pessoas e líderes políticos muito valiosos e de profundo compromisso social que me enriqueceram. Conheci figuras notáveis, cujos nomes prefiro não citar para não ferir susceptibilidades, como conheci tantas outras nos outros partidos políticos, que me demonstraram que existe reserva moral no âmbito político.

Faço de maneira pública a minha saída do PSDB, porque trata-se de decisão muito séria e muito responsável, para que continue servindo com identidade própria e com maior autenticidade.

Aos amigos e colegas do PSDB digo: saibam que a minha trincheira de luta continua sendo a mesma, que, em função da mudança e da justiça social, continuaremos abertos ao debate e à proposta de servir sempre ao bem comum, enfim, numa palavra, fazer do poder uma instância de serviço como, tenho certeza, é o desejo de todos nesta Casa. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu estava assistindo a um programa de televisão nesta semana quando, de repente, foi feito um alerta que me chamou a atenção e causou-me muita preocupação. Algumas doenças que considerávamos erradicadas na Região Sudeste estão voltando e preocupando as autoridades sanitárias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente. Foi citado o caso da dengue, que já é uma endemia nessas regiões. Mas causou-me muita preocupação o fato, comprovado por estatísticas científicas, de que estamos tendo um aumento muito grande no número de casos de malária no Estado de Minas Gerais. Vimos também uma estatística mostrando que, nos últimos anos, o número de casos de tuberculose e de hanseníase (lepra) também tem aumentado muito, principalmente nos grandes centros urbanos. Maior alarme causou-me o conhecimento de que as autoridades sanitaristas estavam tendo problemas para impedir o ingresso dessas doenças, que, até então, para nós, faziam parte de um passado que queríamos esquecer.

Com base nessas declarações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estarei entregando, oficialmente, um requerimento ao Sr. Ministro da Saúde, a respeito da Contribuição Provisória

sobre Movimentação Financeira, a famosa CPMF, que todos pagamos, que toda a sociedade paga e que representa, na verdade, milhões e milhões de reais arrecadados. E a sociedade, responsável pelo recolhimento desse "imposto" imposto ao povo brasileiro, deseja saber o que é feito dessa contribuição, qual o montante arrecadado no Estado de Minas Gerais e para onde está indo esse volume considerável de recursos.

Estive, nesta semana, com o Secretário Rafael Guerra, tratando de diversos assuntos, e qual não foi a minha surpresa quando ele me mostrou a situação preocupante que vivemos em Minas Gerais. Ele afirmou que os governantes passados tomaram recursos do Governo Federal, não aplicaram esses recursos, ou não aplicaram bem, e Minas Gerais está devolvendo aos cofres da União uma quantia de R\$500.000,00. É uma sangria que estamos tendo, de R\$500.000,00, nos recursos destinados à saúde pública. Esse é o outro lado da moeda, que vem mostrar, claramente, a situação caótica em que estamos. Se não fosse pelo trabalho do nosso Secretário Rafael Guerra, pelo seu compromisso, pela sua seriedade e competência em fundamentar o seu programa de governo com programas estruturantes, certamente estaríamos passando por maiores dificuldades diante desse quadro que estamos vivendo.

O Secretário adiantou-me que é sua pretensão - e nós a fazemos nossa neste momento, ao nos colocarmos ao lado da sua ação política - solicitar do Governo Federal e, especificamente, do Ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, o retorno dessa sangria nos cofres de Minas Gerais, que já atinge mais de R\$15.000.000,00, por incompetência de Secretários Estaduais de Saúde que não tiveram o cuidado e nem tiveram a responsabilidade de administrar bem os recursos que chegam ao nosso Estado. Vejam bem a situação. Estamos observando o avanço de doenças. Daqui a pouco, vamos ter o atendimento de pessoas com malária nos nossos hospitais, quadro esse que só existe na literatura médica. Sou formado há 20 anos e raramente vi, na minha vida médica, um quadro de malária. E agora estamos correndo o risco de ver pessoas com essa febre, acometidas dessa moléstia, por não termos condições de bloquear o avanço dessa doença e por Minas ter de devolver ao Governo Federal R\$500.000,00 por mês.

Estamos apresentando este requerimento, Srs. Deputados, um requerimento importante, um requerimento que interessa diretamente a todos nós, a toda a sociedade mineira, porque, diariamente, na movimentação financeira, seja do trabalhador, seja do Executivo, são descontados milhões de reais quando se emite um cheque, quando se faz uma transação bancária, uma transação financeira, e não temos conhecimento do paradeiro desses recursos.

Peço o apoio dos Deputados e, principalmente, a união de todos em uma só voz para que façamos um trabalho junto ao Secretário da Saúde, caso contrário correremos o risco de ver doenças consideradas extintas cada vez mais se aproximando de Minas Gerais. Por outro lado, as nossas economias estão voltando aos cofres públicos por incompetência de Secretários de Saúde do passado, que não tiveram a responsabilidade de gerir bem os nossos recursos.

O Deputado Geraldo Rezende (Em aparte) - Nobre Deputado, estou ouvindo com muita atenção o seu pronunciamento, e V. Exa., com muita propriedade, profissional que é da área de saúde, tocou no assunto da CPMF. No ano passado, esse imposto foi debatido no Congresso Nacional durante um ano, para ser implantado a pedido do Ministro Jatene. Lembrou-me perfeitamente do envolvimento do Presidente da República nessa questão, pedindo que aprovassem a CPMF para que pudesse socorrer a saúde. Muito bem, a CPMF foi instituída para vigorar por 12 ou 14 meses, e já estamos no 6º mês. Agora, como diz o Deputado, já estão pedindo prorrogação. E vão pedir sempre.

Mas eu, nesta Casa, sempre defendi a diminuição da carga tributária. É absurdo o que se cobra de imposto no País. Se há um buraco na União, o povo é quem paga; se há um buraco no Estado, o povo é quem paga; se há um buraco no município, o povo é quem paga. E a saúde está do jeito que está, com gente morrendo nas portas dos hospitais. De vez em quando a imprensa vai lá e noticia, mas depois todos esquecem. A saúde está a zero; saúde pública, diga-se de passagem. Quem pode pagar R\$80,00 ou R\$100,00 por uma consulta ou se internar num hospital de categoria 5 estrelas está curado. Mas aquele que está desempregado, que é pai de família e não tem dinheiro nem para pagar o alimento de sua mesa - e muitas vezes é em função disso que está doente - não é atendido.

Então, nobre Deputado Carlos Pimenta, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e dizer que vou apoiar, com todo prazer, o requerimento de V. Exa. E volto a dizer que a CPMF é mais uma excrescência do processo tributário brasileiro. É um dinheiro que não vai atender a saúde, só vai servir para politicagem, para corrupção e para safadeza. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço o aparte de V. Exa., Deputado Geraldo Rezende, e posso dizer que ninguém, absolutamente ninguém, nem o gestor da saúde pública no Estado, que é o Secretário da Saúde, sabe o que é feito da cota que cabe a Minas Gerais. Se houvesse uma melhoria significativa dos nossos hospitais, se não tivéssemos a preocupação constante e cada vez maior dos Prefeitos de ter condições de levar o mínimo de assistência à saúde pública aos municípios, até aplaudiríamos a criação da CPMF. A Comissão de Saúde foi a principal força que o Ministro Adib Jatene teve em Minas Gerais para implementar a CPMF. Agora, há um silêncio e uma indagação muito grande. Estamos vendo doenças avançando, o Governo Federal recorrendo ao Tesouro Estadual para que este devolva recursos que recebeu num passado recente, por pessoas incompetentes, da ordem de R\$500.000,00 por mês, e não estamos vendo trabalho visível e palpável do Governo Federal com a CPMF, que teria a obrigação primeira de socorrer a saúde pública.

O exemplo maior está aí e é o Hospital das Clínicas de Belo Horizonte. É um crime o que se faz com esse hospital. O único que tem dado apoio, contribuindo com R\$300.000,00 por mês, é o Governador Eduardo Azeredo. Se não fosse ele, o hospital estaria fechado neste momento. Pergunto: onde fica a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, que deveria contribuir? Do que se faz no Hospital das Clínicas, 80% são para Belo Horizonte. Eles cruzam os braços e ficam falando do trabalho dos outros. Onde está o Ministério da Saúde, que deve R\$8.000.000,00 ao Hospital das Clínicas? Onde está o Ministério da Educação, que deve mais R\$9.000.000,00? Então, a situação fica complicada.

A CPMF veio e não resolveu nada. Queremos uma explicação. Vamos fazer esse ofício e acionar os Deputados Federais, porque eles têm de nos explicar, têm de dar essa explicação detalhada ao povo mineiro, que paga do seu bolso quando emite um cheque, de R\$1,00 ou de R\$1.000,00. E não perguntaram ao povo se queria contribuir. Estamos vendo a situação dessa forma.

Sr. Presidente, quero encerrar meu pronunciamento apresentando esse requerimento. Iremos solicitar aos Deputados Federais que nos dêem uma explicação e prestem contas, através do seu trabalho no Congresso Nacional, do que é feito desses recursos.

Os nossos aplausos e os nossos cumprimentos ao Secretário Rafael Guerra, que tenta reverter a situação, trazendo os R\$15.000.000,00 que saíram do cofre do Estado - foi uma sangria no cofre do Estado - para aplicá-los nos hospitais universitários e, principalmente, para socorrer os pequenos municípios.

O Deputado Wilson Pires (Em aparte) - Deputado, gostaria de tecer algumas considerações. Entendemos que o sistema de saúde implantado no País foi herdado dos EUA, que investem US\$2.800,00 "per capita" por ano na saúde. Absorvemos esse sistema de saúde num país que investe menos de US\$100,00 "per capita" por ano.

Entendemos a necessidade que o País tem de uma nova política de saúde, de um sistema mais sério, mais voltado para aqueles menos favorecidos; entendemos a necessidade de o Governo criar uma proposta em que os que podem pagar devem pagar. O elemento economicamente ativo tem de ser participe da sua saúde e educação.

Entendemos também que o Governo tem de dar àqueles que realmente não têm condições o mesmo tratamento que se dá àqueles que têm recursos.

Ficarei devendo a V. Exa. o meu ponto de vista, porque ainda não o tinha exposto. Gostaria apenas de dizer mais algumas coisas ao ilustre Deputado, mas o tempo está esgotado.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço ao Presidente e deixo esse requerimento à reflexão dos ilustres Deputados. Muito obrigado.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras, estou aqui para comentar três assuntos de grande importância, usando a prerrogativa que me concede a função de Deputado Estadual, que pode usar esta tribuna, sabendo que ela, no mínimo, comunica ao coração do povo mineiro, de uma forma misteriosa, os anseios, as proclamações, os protestos dos representantes desse povo. Primeiro, quero falar sobre o encontro ecológico promovido pelos Ministérios Públicos da União e do Estado de Minas Gerais na cidade de São Francisco, Norte de Minas, do qual tivemos o privilégio de participar como debatedores. Ali ficamos muito felizes e agradecemos a Deus pelo mover de seu Espírito no sentido de trazer uma consciência, às autoridades e ao nosso povo, da importância que representa o cuidado com o meio ambiente, o cuidado com a ecologia. E para ilustrar, como testemunha para todos que ali estavam, havia o próprio rio São Francisco, que banha aquela cidade, numa demonstração de descaço e de desrespeito que o povo brasileiro tinha, e pelo que eu julgo ainda tem, para com o nosso meio ambiente. São Francisco, o rio da integração nacional, corre hoje agonizante por causa do assoreamento e do desmatamento da corrida gananciosa e desenfreada das companhias que trabalham com carvão, e especialmente por causa do desrespeito e da desconsideração daqueles que, cegos pelo cargo ou pela ganância, não consideram a prioridade dada por Deus à humanidade, que é cuidar do meio ambiente, e, ao contrário, destroem-no e degradam-no, como é o caso da companhia estatal chamada COPASA. Nas pesquisas daqueles que se preocupam com o meio ambiente, a COPASA alcançou o 1º lugar como a mais poluidora de todas as

empresas do nosso Estado, haja vista que os esgotos são jogados a céu aberto nas cidades em que a COPASA recebe para tratar a água e o esgoto, são jogados em nossos cursos d'água, nossos córregos e nossos rios. Parabéns à Prefeitura Municipal de São Francisco, na pessoa de seu jovem Prefeito Oscar, das autoridades daquela cidade e da Câmara de Vereadores, que, junto com o Ministério Público, promoveu talvez o mais importante encontro político-ecológico de toda a história de nosso Estado de Minas Gerais e especialmente de nosso Norte de Minas.

O segundo assunto no qual pretendo me deter diz respeito ao CPMF e à saúde, como acabou de comentar o nosso companheiro Carlos Pimenta. Precisamos rever o nosso modelo de saúde. O Governo deve ser menos amigo de impostos e mais amigo da Nação brasileira, que não suporta mais os escândalos e os descréditos, especialmente os engodos e enganões daqueles que desviam impostos como esse, tão debatido, tão contraditório, imposto que oprime a Nação brasileira, porque cobra de toda movimentação financeira. O Governo oprimiu, dando à Nação a esperança de que a saúde melhoraria, e estamos vendo aí o caos da saúde, redundando no fechamento do Hospital das Clínicas.

Por fim, o terceiro assunto: essa parada para protesto da polícia do Estado de Minas Gerais, que ocupou a imprensa do Brasil inteiro nesses últimos dias, como uma atitude única, como uma ação ímpar de toda a história da polícia do Estado de Minas Gerais. Todos sabem, a polícia tem por dever, não só regimental mas também constitucional, garantir a segurança interna da população, e, conseqüentemente, não pode participar de greves ou de movimentos como esse, que causaram o espanto e a tristeza de grandes comandantes da corporação. Dizemos que a polícia não pode com base no regimento interno dela e na Constituição. Mas o que aconteceu, Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras, foi simplesmente uma demonstração de dor, um grito em função da dor causada pela opressão que o Estado, que a União, enfim, que as autoridades causam a cidadãos brasileiros tão carentes, tão necessitados, tão oprimidos pelo salário vil que recebem, mas tão revestidos de autoridade, porque a eles compete garantir a segurança do povo do nosso Estado, da população mineira.

Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, isso é uma coisa mais do que natural. Se alguém pisar em brasa descalço, se alguém espetar em qualquer parte de seu corpo uma agulha, certamente a reação que seu corpo dará imediatamente a essa atitude será a manifestação de dor, para que se cuide do lugar lesado, para que se evite uma infecção, para que se procure curar, para que se busque remediar a parte ferida, que pode, se não levada em consideração, ferir o corpo inteiro e adoecer a pessoa no seu todo.

Na verdade, a polícia do Estado de Minas Gerais manifestou a dor que sente, como um alerta de Deus para nós e para as autoridades, para que procuraremos, por todos os meios, corrigir essa injustiça, injustiça principalmente com todo o povo do Estado de Minas Gerais, e não somente com a categoria dos policiais, porque o povo está inseguro, o povo está intranquilo. Isso se dá especialmente porque aquele órgão, encarregado de dar segurança e tranqüilidade, talvez seja um dos órgãos mais inseguros, mais intranquilos de todas as camadas e de todos os segmentos do Estado de Minas Gerais, pela injustiça e pelo salário que lhe passamos.

Srs. Deputados, precisamos rever o orçamento de nosso Estado. Precisamos rever a parcela dedicada à segurança interna. Precisamos pressionar a União para que também dedique uma parcela maior de seu orçamento para a segurança interna dos Estados que a compõem.

Precisamos rever especialmente a posição de Juizes e legisladores, de outras pessoas e segmentos, de outros membros e de outros grupos de pessoas, e voltar alertados e com prudência. O prudente vê o aviso e o conserta, mas o simples ou o tolo vê o aviso, não o considera, segue e sofre a conseqüência e o dano.

E se prosseguirmos, se não procurarmos sanar essa deficiência na sociedade brasileira, que são os salários pagos aos policiais, salários esses que desafiam até qualquer senso de isonomia e de justiça? Temos cartas de Delegados de Polícia. Quando levantamos aqui, desta tribuna, o pensamento e o debate, entramos com a proposição de lei e apresentamos uma emenda ao orçamento, mesmo considerando-a inconstitucional. Queríamos iniciar o debate, realizar audiências públicas, nas quais procuramos encerrar o assunto ou estudar até a exaustão nesta Casa a injustiça e a opressão do povo brasileiro, retratadas no salário que pagamos aos policiais. Foi quando mostramos aqui a injustiça da não isonomia, que chega ao ponto de pagar sete vezes mais ao Promotor de Justiça do que ao Delegado de Polícia, que também é bacharel como ele, concursado como ele, enfrenta uma responsabilidade tão grande quanto a de um Juiz ou de um Promotor, se bem que mais perigosa, e recebe um salário vil, que não lhe dá condições mínimas de vida. Se o nosso povo brasileiro não tivesse o padrão de ética, de temor a Deus e de seriedade, como demonstra ter numa situação dessas, estaríamos apenas precipitando totalmente a maioria dos militares na corrupção.

A greve foi estourada pelo chamado "baixo clero", ou seja, pelos subalternos. Não se envolveram nessa greve, ao que se saiba, os segmentos dos Coronéis e Capitães. Mas sabemos que um Coronel, um Capitão, um Major, um oficial das forças policiais sabe muito bem que uma pessoa dificilmente sobreviveria e dificilmente sobrevive com esse salário, com o salário de um Detetive, de um Soldado, de um Cabo ou de um Sargento do Estado de Minas Gerais.

Agradecemos a Deus, porque quando a luz manifesta as coisas das sombras é um sinal para que possamos dissipar as obras más, que não se manifestam no escuro. Mas essa manifestação traz à luz a nossa injustiça, para que possamos, com humildade e companheirismo, nos unir para valorizar, na Nação brasileira e, em especial, em nosso Estado, aquele que é o mais valioso em toda a Nação e em todo o Estado: o homem, o indivíduo e não as instituições. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Termo de Contrato

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Win Informática Ltda. Objeto: consultoria na área de informática. Vigência: 12 meses a partir de 25/6/97. Licitação: Convite nº 8/97. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Assinatura: 25/6/97.

AVISO DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 13/97

Em 25/6/97, o Sr. Presidente autorizou, com base no art. 24, VIII, da Lei nº 8.666, de 1993, a renovação de assinaturas do jornal "Minas Gerais" junto à Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, pelo valor de R\$19.324,86.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 00274 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Associação Comun. Amigos Caputira Adjacências - Caputira.

Deputado: Jorge Hannas.

Convênio Nº 00275 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Irai Minas - Irai Minas.

Deputado: Romeu Queiroz.

Convênio Nº 00276 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associacao Moradores Vila Sao Caetano - Betim.

Deputado: Paulo Schettino.

Convênio Nº 00277 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Associacao Crista Beneficente - Ribeirao Neves.

Deputado: Irani Barbosa.

Convênio Nº 00281 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Engenheiro Navarro - Engenheiro Navarro.

Deputado: Carlos Pimenta.

Convênio Nº 00283 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Creche Menino Jesus Praga - Alvarenga - Alvarenga.

Deputado: Miguel Martini.

Convênio Nº 00284 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Associacao Apoio Comun. Conj. Habitacional Sao Geraldo - Itauna.

Deputado: Francisco Ramalho.

Convênio Nº 00285 - Valor: R\$6.500,00.

Entidade: Associacao Presidentes Clubes Amadores Itauna - Itauna.

Deputado: Ailton Vilela.

Convênio Nº 00286 - Valor: R\$10.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Raul Soares - Raul Soares.

Deputado: Antonio Roberto.

Convênio Nº 00287 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Caixa Escolar Pequeno Principe - Mantena.

Deputado: Ermano Batista.

Convênio Nº 00288 - Valor: R\$6.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Palmopolis - Palmopolis.

Deputado: Jorge Hannas.

Convênio Nº 00289 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Associacao Protecao Maternidade Infancia - Felisburgo - Felisburgo.

Deputado: Pericles Ferreira.

Convênio Nº 00291 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Creche Lar Crianca - Teofilo Otoni.

Deputado: Joao Leite.

Convênio Nº 00292 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Corrego Ouro - Boa Esperanca.

Deputado: Marco Regis.

Convênio Nº 00294 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Associacao Desenv. Regiao Pindorama - Belo Horizonte.

Deputado: Joao Leite.

Convênio Nº 00295 - Valor: R\$7.000,00.

Entidade: Liga Amadora Bambuiense - Bambui.

Deputado: Paulo Schettino.

Convênio Nº 00296 - Valor: R\$16.500,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Bocaina Minas - Bocaina Minas.

Deputado: Ivair Nogueira.

Convênio Nº 00297 - Valor: R\$14.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Corrego Novo - Corrego Novo.

Deputado: Antonio Roberto.

Convênio Nº 00298 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Banda Musica Lira Santa Cecilia - para Minas.

Deputado: Antonio Julio.

Convênio Nº 00299 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Irmandade Nossa Sra. Rosario - Corrego Danta - Corrego Danta.

Deputado: Jose Bonifacio.

Convênio Nº 00300 - Valor: R\$1.695,00.

Entidade: Associacao Comun. Seara Luz - Santa Luzia.

Deputado: Ivair Nogueira.

Convênio Nº 00301 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Caixa Escolar Barao Rio Branco - Campanha.

Deputado: Ailton Vilela.

Convênio Nº 00302 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Servico Obras Sociais - Lagoa Prata - Lagoa Prata.

Deputado: Maria Olivia.

Convênio Nº 00303 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Amigos Douradoquara - Douradoquara.

Deputado: Ajalmar Silva.

Convênio Nº 00304 - Valor: R\$20.000,00.

Entidade: Conselho Comun. Malhada Nova - Salinas.

Deputado: Geraldo Santanna.

Convênio Nº 00305 - Valor: R\$1.200,00.

Entidade: Caixa Escolar Cemaee Professora Carola Monteiro - Pocos Caldas.

Deputado: Sebastiao Navarro Vieira.

Convênio Nº 00306 - Valor: R\$8.000,00.

Entidade: Associacao 21 Abril Pro-amparo Crianca Desamparada - Santa Margarida.

Deputado: Sebastiao Costa.

Convênio Nº 00307 - Valor: R\$6.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Pro-melhoramento Bairro Jaqueline - Belo Horizonte.

Deputado: Joao Leite.